



Agenda política

As imagens do movimento feminista nos jornais do Brasil e de Portugal (2013-2015)

The images of the feminist movement in Brazilian and Portuguese newspapers (2013-2015)

36

*Daniela Drummond¹
Juliana Inez Luiz de Souza²
Tatiane de Almeida^{3 4}*

Resumo: Este trabalho analisa a cobertura do movimento feminista brasileiro e português no período da quarta onda feminista, de 2013 a 2015 na versão online dos jornais Folha de São Paulo e Público. Discutimos como a imagem das mulheres que representam este movimento social pode contribuir para uma imagem pública emancipadora que possa minimizar mitos e preconceitos do senso comum. Para isto,

¹ Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFPR, com período sanduíche na Universidade Lusófona do Porto (Bolsista Capes PDSE), bolsista da Fundação Araucária. Graduada em Jornalismo pela PUC-PR e em Ciências Sociais pela UFPR. daniela.imprensacwb@gmail.com

² Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Graduada em Bacharelado em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Especialista nos temas: gênero, diversidade sexual e política. jils@ufpr.br

³ Mestra e doutoranda em Sociologia pela UFPR. taticasocial@gmail.com.

⁴ Todas as autoras são integrantes do Grupo de Pesquisa Midiaculturas, Poder e Sociedade da UFPR.

utilizamos a análise de enquadramento para identificar características nas matérias que foram analisadas com base nos estudos feministas de mídia. A coleta se deu por meio da busca do termo 'movimento feminista' nos sites dos jornais que totalizaram 162 notícias no período de 2013 a 2015, sendo 106 do jornal Folha de São Paulo e 56 do Público. Destacamos dentre os resultados encontrados que as mulheres aparecem na maioria das imagens sozinhas, mas há um número razoável de imagens como ativistas nas ruas. Percebemos que poucas vezes são retratadas de forma estereotipada negativa, exceto quando usam a nudez como forma de protesto. Também verificamos a quase inexistência de mulheres negras nas fotos dos dois jornais, exceto quando possuem uma posição de muito destaque na carreira profissional, elas quase nunca são retratadas sozinhas, aparecendo apenas nas manifestações.

Palavras-chave: Movimento Feminista; Feminismo; Mídia; Jornalismo; Quarta Onda.

Abstract: This paper analyzes the coverage of the Brazilian and Portuguese feminist movement in the period of the fourth feminist wave from 2013 to 2015 in the online version of the Folha de São Paulo and Público newspapers. We discuss how the image of women representing this social movement can contribute to an emancipating public image which can minimize common sense myths and prejudices. For this, we use frame analysis to identify characteristics in the stories that have been analyzed based on feminist media studies. The data was collected by searching for the term 'movimento feminista' on newspaper websites that totaled 162 stories from 2013 to 2015, 106 being from the newspaper Folha de São Paulo and 56 from Público. We highlight among the results found that women are shown alone in most of the images, but there is a reasonable number of images depicting them as activists. We realized that they are rarely portrayed in a stereotypically negative manner, except when they use nudity as a protest. We also note the almost nonexistence of black women in the pictures of the two newspapers. Except when they have a very prominent position in their professional careers, they are almost never portrayed alone, only being shown in the demonstrations.

Keywords: Feminist Movement; Feminism; Media; Journalism; Fourth Wave.

1. Introdução

O jornalismo é o local de debate de diversos temas e um campo legitimado na esfera pública. Por isso, este artigo tem como foco de interesse verificar como são construídas as representações simbólicas de gênero, e mais especificamente como se dá a representação do movimento feminista na imprensa. Sabemos que hoje as conversações das mulheres do movimento feminista se dão principalmente por meio da internet, entretanto temos visto a retomada dos movimentos sociais nas ruas no Brasil e em diversos países do mundo.

Na Ciência Política os estudos de gênero ainda são marginais, mas compreendemos que eles têm grande importância na análise dos fenômenos políticos atuais, principalmente os estudos feministas de mídia e estudos que tratem dos movimentos sociais (Matos, 2016; Sarmiento, 2017). Por esta razão, fazemos neste trabalho estudo de política comparada, verificando de que forma os jornais do Brasil e de Portugal fazem a cobertura do movimento feminista. No Brasil, selecionamos a Folha de São Paulo, jornal que mais circula no país desde 1986, sendo o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral segundo os números auditados pelo IVC – Instituto Verificador de Circulação⁵ (Mídia Dados, 2018). Em Portugal, selecionamos o Público, que segundo o relatório de junho de 2019 da Marktest (organismo oficial de auditoria ao consumo de informação na internet e aplicativos), é o jornal digital mais lido (2,5 milhões de pessoas em território nacional⁶ (Público, 2019).

38

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que analisa textos e imagens veiculados nos jornais durante a quarta onda feminista, entretanto, aqui iremos focar nas fotografias que ilustram os textos dos jornais que contém o termo ‘movimento feminista’. A quarta onda feminista, considera o período de ativismo proveniente do meio digital, tendo como tema principal a questão da violência contra a mulher, e a internacionalização do movimento, com maior diálogo entre mulheres de diversos países. O período se inicia em 2010, mas ganha força em 2013 com manifestações que tratam da cultura do estupro, feminismo online, questões interseccionais e a inclusão (Hollanda 2018; Chamberlain, 2017).

A escolha por comparar Brasil e Portugal se justifica pela relação próxima dos países referente à colonização, idioma, cultura e imigração. Também pelo fato dos dois países passarem por um longo regime ditatorial, que desmobilizou os movimentos sociais e feministas. A comparação tem como objetivo examinar um caso e revelar o que ele nos diz sobre um amplo conjunto de fenômenos políticos, ou para destacar as

⁵<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml?loggedpaywall>

⁶<https://www.publico.pt/2019/07/11/sociedade/noticia/publico-jornal-leitores-online-portugal-1879588>

particularidades da política para ideias teóricas mais gerais (Lichbach e Zuckerman, p. 4).

Em Portugal, o período ditatorial é considerado um dos mais longos do século XX, inicia-se em 1926 com um golpe de Estado que colocou fim na Primeira República e em 1933 inicia-se o Estado Novo que vai até 1974, que deu continuidade com um regime político totalitário, centralizador e avesso à inovação. O regime mantinha como ideal os papéis assimétricos desempenhados por homens e mulheres, uma visão conservadora que reflete na sociedade portuguesa até hoje. Nesse período, houve um apagamento do movimento feminista e um atraso no estudo dos movimentos de mulheres e feministas que são retomados com a volta da democracia. A inserção do país na União Europeia em 1986 trouxe consigo a necessidade de políticas públicas para a equidade de gênero (Magalhães, 1998; Tavares, 2000, 2011; Cerqueira, 2012; Esteves, 2008).

Atualmente percebe-se em Portugal, assim como no Brasil a retomada do movimento feminista online e nas ruas, e a pauta de reivindicações dos dois países se assemelha: é a da luta contra a violência contra as mulheres, desde a doméstica até a cultura do estupro, a luta contra o assédio sexual, a luta por equidade salarial e de oportunidades de carreira, as questões da divisão do trabalho social, a justiça machista com resoluções que culpabilizam a vítima, a luta por maior espaço para participação política e acesso aos cargos de poder. Uma das principais diferenças entre os dois países é que em Portugal o aborto é legalizado desde 2007 e que o movimento feminista é mais institucionalizado (Silva et al., 2017).

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta uma breve explanação sobre as teorias dos movimentos sociais, a quarta onda feminista e as questões da dicotomia do público e privado, destacando os principais pontos que se relacionam com este artigo. A seção seguinte fala sobre o jornalismo evidenciando o enquadramento da cobertura do movimento de mulheres. A terceira seção mostra o processo de coleta e análise dos dados, assim como os resultados da cobertura jornalística do movimento feminista nos jornais Folha de São Paulo e Público. Por fim, as considerações finais destacam os achados da pesquisa e apontam para aprofundamentos necessários em pesquisas futuras.

2. Os Movimentos Sociais, a quarta onda feminista e a persistência da questão da dicotomia público *versus* privado

A definição de movimentos sociais não é algo consensual nas ciências sociais. Marx define o modelo clássico de movimento social, teorizando a relação da ação política por meio do conceito de práxis que articulava a atividade prática e teórica do movimento direcionado para a transformação social (Picolotto, 2007; Gohn, 2000).

A crítica à abordagem marxista que não trata das questões das mulheres, unificando tudo à luta de classes, apresenta o paradigma dos Novos Movimentos Sociais. Nessa abordagem, a política torna-se central nas análises e passa a ser considerada como uma dimensão da vida social. Há a construção de um modelo teórico baseado na cultura e os atores são analisados tanto por suas ações coletivas quanto pela identidade coletiva criada no processo.

Gohn (2011) elenca uma série de características que são próprias dos movimentos sociais, sendo que as características básicas são que “possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade” (Gohn, 2011, p. 336-337). Segundo seu ponto de vista, historicamente os movimentos contribuem para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência.

Vale ressaltar aqui as transformações dos movimentos sociais para os “novos movimentos sociais”. Os primeiros são de uma sociedade industrial, na qual as relações predominantes eram as patronais. Enquanto na Europa e Estados Unidos as demandas coletivas direcionavam para uma abordagem mais cultural, no contexto latino-americano há uma realidade de grandes demandas materiais, falta de acesso a direitos básicos e regimes ditatoriais. Assim, os movimentos sociais se organizavam com uma pauta reivindicatória que permanecia em conflito com as classes superiores e o Estado.

Entendemos que os movimentos sociais têm um poder de contestação, como resalta Touraine (1998), pois visam criar um projeto alternativo de sociedade, e esse grupo se manifesta contra um opositor que resiste. A noção de movimento social

definida por esse teórico, parte da noção do conflito entre dominantes e dominados, buscando a transformação da sociedade. Essas coletividades têm um poder de contestação, almejando transformações econômicas, políticas e sociais, como é o caso do movimento feminista.

O movimento feminista tem um extenso histórico de luta e reivindicações, mas neste artigo, temos como foco a quarta onda feminista. O termo quarta onda vem sendo usado por ativistas e teóricas do movimento feminista como forma de narrar uma nova fase, marcada principalmente pelo ativismo proveniente do meio digital. O termo passou a ser usado por diversos veículos de comunicação, como Huffington Post, The Telegraph, The L.A. Times, e o New York Times; além de emergir na academia como nas universidades de Leicester e **University College London (UCL)**. **A quarta onda não é uma terminologia criada na academia, mas amplamente usada pelas ativistas e jornalistas comentando sobre os desdobramentos dela, o que faz com que posteriormente passasse a ser abordado na academia** (Chamberlain, 2017).

41

O que une todas as tendências do novo feminismo é a questão da violência contra a mulher, trazida em diversas formas de abordagens e desdobramentos. Desde o início dos anos 2010, o movimento feminista interage com os movimentos que emergem com a crise econômica vivida em alguns países da Europa, depois Estados Unidos, são movimentos contra austeridade. A resistência e a politização social na forma de protestos compõem o quadro de ações e reivindicações da quarta onda do feminismo que ganha mais fôlego por volta de 2013 com a retomada de manifestações que tratam da cultura do estupro, o feminismo online, o humor, a interseccionalidade e a inclusão (Cochrane, 2014). Para Perez e Ricoldi (2018) três traços principais marcam a virada das ondas: a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos.

Ainda estamos vivendo o que chamamos de quarta onda, por isso a dificuldade em precisar as datas, mas como afirmam Dean e Aune (2015) escrever sobre a quarta onda do movimento não irá sufoca-lo, sendo também uma forma de determinar sua própria progressão.

Uma das principais características dessa nova onda é o aumento no diálogo entre mulheres de diversos países, facilitado pelo uso da internet e das redes sociais, o

que demonstra uma forte internacionalização do movimento (Hollanda, 2018; Chamberlain, 2017).

Um dos exemplos desta internacionalização é a *Slut Walk*, ou Marcha das Vadias em português. Em 2011, em Toronto no Canadá, o policial Michael Sanguinetti afirmou que a série de estupros ocorridos na Universidade de York era culpa das vítimas, porque as mulheres estupradas se vestiam como *sluts* (vadias). Ao responsabilizar as vítimas pela violência que sofreram, Sanguinetti gerou uma forte reação e mobilização de mulheres, e cerca de 3 mil pessoas saíram às ruas de Toronto para protestar, com o grupo feminino se auto-intitulando “vadias”. A internacionalização do movimento se deu nos diálogos online pelas redes sociais que trouxeram a manifestação para outras partes do mundo (Hollanda, 2018; Gomes e Sorj, 2014). O movimento se espalhou por diversos países como Alemanha, Estados Unidos, França, Portugal, Holanda, Índia, Argentina, México, Nicarágua, Colômbia e Brasil. Começou nas redes sociais e nos e-mails e passou do mundo online para o off-line, levando várias pessoas de coletivos feministas às ruas. No Brasil, o movimento é conhecido como *Marcha das Vadias* e em Portugal como *Marcha das Galdérias* (Woitowicz, 2014; Silva Júnior, 2013; Rizzotto e Prudêncio, 2017; Cerqueira e Cabecinhas, 2015). Isto fez com que a marcha não apenas acontecesse em diversos países, mas também que se repetisse por diversos anos.

No Brasil, um dos acontecimentos que leva muitas mulheres às ruas em 2015 manifestações contra o projeto de Lei 5.069/2013 que foram chamadas de *Primavera das Mulheres*, e mostram o perfil dos movimentos atuais organizados por meio de redes sociais, que transcendem o ciberespaço (Dutra, 2018). O projeto de lei 5.069/2013, apresentado pelo então deputado Eduardo Cunha, tipificava como crime contra a vida o aborto mesmo nos casos permitidos pela lei brasileira e previa penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. O aborto legal só é permitido no Brasil em caso de estupro, até 22 semanas de gestação, risco de morte para a mãe e para o bebê e fetos com anencefalia. A proposta propunha penas de quatro a dez anos para quem auxiliasse a mulher a provocar aborto. O PL⁷ dificultaria a

⁷Inteiro teor do PL 5069/2013, que acrescenta o art. 127-A ao Código Penal e tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas. Disponível em:

realização de abortos legais por vítimas de estupro, ao retomar a exigência do exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual antes do atendimento médico, e retirar do atendimento obrigatório o acesso à pílula do dia seguinte. Das diversas mobilizações contra este Projeto de Lei, destaca-se o protesto unificado que aconteceu no dia 13 de novembro de 2015 (Hollanda, 2018).

O movimento feminista tem realidades muito diversas nos diferentes países em que se organiza. Por isso, ao falar deste movimento é importante relatar suas especificidades, principalmente relacionadas à América Latina. O feminismo latino-americano sempre foi muito original e pioneiro, mesmo nutrindo-se de feminismos europeus e norte-americanos, seguiu seu próprio caminho frente às demandas políticas e sociais. Nesse sentido, ele não se enquadra nas classificações como clássico, produzido por mulheres brancas e a classe média; liberal; negro ou radical. Mas, por seu histórico, a definição em que se enquadra é interseccional (Marianno, 2018).

As conquistas do movimento feminista na América Latina foram no âmbito do trabalho, da educação, da estrutura familiar e da política. Argentina, Brasil e Chile têm em comum as ditaduras militares no final do século XX, os movimentos nesses países são destacados nos círculos internacionais devido às redes de associativismo e redes multi-identitárias que conseguiram alcançar o Estado por meio de políticas públicas. (Blay e Avellar, 2017).

No Brasil, as conquistas mais recentes em relação aos direitos a avanços na legislação estão na criminalização da violência doméstica e familiar por meio da promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, na assistência jurídica para as mulheres em situação de prisão, nos direitos das trabalhadoras domésticas e nas inovações no código Civil quanto à igualdade de homens e mulheres no casamento. É possível argumentar que se não fossem as demandas levadas pelas organizações e movimentos de mulheres seriam impossíveis às conquistas das políticas públicas e as alterações perante a lei. Entretanto, a luta pelos direitos reprodutivos, como o aborto legal, e pela efetivação da lei Maria da Penha ainda não cessaram.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013. Acesso em: 10 jul 2019.

Em Portugal, a “volta” da atuação do movimento feminista português está marcada pelas pautas de problemas laborais e diferenças salariais entre os gêneros. Mas a recente guinada na organização deste movimento está relacionada às atuações transnacionais como as chamadas para a Greve Internacional das Mulheres e a *Slut Walk*, além da formação de coletivos e o aumento do ativismo online que se organiza virtualmente e vai às ruas reivindicar, assim como no Brasil. Em Portugal, a conquista mais recente das mulheres é a despenalização do aborto que aconteceu em 2007, mas, assim como no Brasil, um dos grandes problemas é o alto índice de violência contra as mulheres no país.

A questão da violência contra as mulheres nos remete ao antigo debate feito pelo movimento feminista mundial que envolve a dicotomia do público e privado. A crítica feminista sobre a dicotomização do privado e público, fala sobre o discurso que emprega a dominação e a hierarquia, estabelecendo o espaço público como espaço exclusivo aos homens, enquanto o espaço privado é reservado às mulheres. Esta construção também corresponde a outras oposições como: razão e sentimento, masculino e feminino, universal e particular; na qual a primeira expressão da dicotomia é valorizada, enquanto a segunda é menosprezada (Young, 2012).

O debate feminista da teoria e da prática política identifica a participação desigual de grupos, como configurações da esfera pública que são excludentes, por isso é fundamental estudar as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública, como se dá a efetivação aos direitos de cidadania nas democracias contemporâneas e as condições para a vocalização dos interesses de grupos subalternizados (Biroli, 2017).

A igualdade na esfera pública, seja na atividade profissional, ou na participação no processo de decisão econômica, cívica e política só é possível com a igualdade na esfera privada, sendo um dos indicadores mais relevantes deste equilíbrio o tempo dedicado por mulheres e homens às atividades em uma destas esferas, tendo permanentemente em conta que o trabalho na esfera pública é, em princípio, remunerado e o da esfera privada não. A assimetria na distribuição condiciona não apenas oportunidades, mas rendimentos e poderes (Cunha Rêgo, 2016).

3. O jornalismo e o enquadramento da cobertura do movimento de mulheres

As representações de mundo produzidas pela mídia podem ou não ser consoantes, as semelhanças e diferenças na cobertura de um mesmo evento pode ser, por exemplo, ao analisar o conteúdo de um manifesto, com histórias diferentes umas das outras em maior ou menor grau. Mas ao verificar a natureza e o valor da notícia em nível teórico fica mais claro perceber por que os eventos são cobertos de forma semelhante ou distinta, ou seja, o enquadramento que apresentam. Segundo Shoemaker (1996), as pessoas são atraídas a gostar mais de informações excêntricas, sobre ameaças e mudanças, por isso essas formas de desvio são enfatizadas nas notícias. Entretanto, a diferença cultural entre os países pode “definir o que é um desvio e qual é o significado social dos eventos, ambas as dimensões do valor notícia” (Shoemaker e Vos, 2009, p. 16).

45

Os processos de seleção das notícias envolvem não apenas a seleção ou rejeição de dados aspectos, mas o processo de torná-los mais atraentes para o receptor. As mensagens ultrapassam uma série de filtros ao longo do processo de se transformar em notícia, o processo começa quando o jornalista transforma a informação de um evento em mensagem. A característica básica de eventos com valor notícia diz respeito ao fato das pessoas ou do tema constituírem desvios ou não. Há uma fronteira do que é a sociedade e o imaginário de como ela deveria ser, o que é um desvio, as violações de normas e regras conseguem chamar mais atenção (Shoemaker e Vos, 2009, p. 41). Ao salientar, a mídia torna “um pedaço da informação mais noticiável, significativo, ou memorável à audiência” (Entman, 1993, p. 53, tradução nossa)⁸, seja pela forma como é abordado, pela repetição de termos ou pela associação às construções culturalmente cristalizadas.

Os jornalistas selecionam alguns atributos para um evento ter valor notícia, tais como: proximidade, importância, interesse, conflito, sensacionalismo, novidade, raridade. São identificadas quatro dimensões: política, econômica, cultural e bem-estar público (Shoemaker; Cohen, 2003). E como Goffman (1986) aponta, a análise do enquadramento proporciona a análise de fenômenos sociais, ao compreendê-lo como o modo pelo qual as pessoas analisam situações cotidianas, classificando e

⁸ Texto original: “a piece of information more noticeable, meaningful, or memorable to audiences”.

interpretando-as, a partir de esquemas interpretativos já consolidados socialmente. Um “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (Mendonça e Simões, 2012, p. 189). Os enquadramentos também são vistos como instrumentos de poder, que são utilizados pelos meios de comunicação como uma forma de prover ao público um modo de compreender a realidade, ao escolher abordar os assuntos por uma perspectiva específica, deixando outras de fora, organizando “o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (Porto, 2002, p. 6). A construção desta ‘moldura’ de referência sobre temas e acontecimentos midiáticos também é utilizada pelo público, determinando como será pautado, processado e discutido na esfera pública (Gutmann, 2006). O conceito de enquadramento pressupõe que as notícias não devem ser vistas como espelho da realidade, mas sim buscando entender os critérios utilizados por editores, jornalistas e leitores para perceber e construir uma realidade a partir do que é noticiado (Entman, 1993).

46

O jornalismo é o local de debate de diversos temas e um campo legitimado na esfera pública, por isso o interesse em verificar como constrói as representações simbólicas de gênero e, mais especificamente, como constrói a representação do movimento das mulheres. Esta relação entre a mídia e o movimento feminista ainda é pouco estudada no Brasil, mas existem alguns estudos já desenvolvidos em Portugal e outros países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Índia (Van Zoonen, 1994; Mendes, 2012; Cerqueira e Cabecinhas, 2015; Faludi, 1991; Neuendorf, 2011; Terkildsen e Schnell, 1997)

O Global Media Monitoring Project de 2015⁹ mostrou que existe uma sub-representação da mulher na mídia: elas são menos de um quarto dos atores/personagens das notícias, e quando se entrevista um especialista, 83% das vezes é um homem. Além disso, não é somente a sub-representação, outra descoberta consistente dos estudos é que as notícias focam na aparência física das mulheres, sempre descrevendo pelo menos a idade e a cor do cabelo (Gill, 2007, p. 115).

⁹ Global Media Monitoring Project de 2015, disponível em <http://bit.ly/2kzSUqv>. Acesso em 13 set. 2019.

Na Ciência Política, os estudos de mídia, gênero e política geralmente concentram-se nas elites políticas. Os cientistas políticos se interessam questões relacionadas à influência do gênero do candidato em relação à cobertura da mídia durante a campanha eleitoral ou após a eleição do candidato, entretanto, ignoram a cobertura midiática das mulheres ativistas (High-Pippert, 2005).

A visibilidade na mídia é de grande importância para o capital político, o que pode favorecer ou desfavorecer as trajetórias políticas. Para ser pautado como conteúdo jornalístico, o político passa pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o que é a notícia e quem deve falar sobre determinadas questões.

O conceito de campo de Bordieu possibilita avançar no entendimento da interação entre mídia e política (Miguel, 2003). Neste conceito, as exclusões, censuras e silêncios são em sua maioria produtos do funcionamento do próprio campo. Há uma absorção das regras pelos agentes desse campo que participam da distribuição do capital simbólico e estão inseridos em disputas internas e na concorrência com outros veículos (Biroli, 2008).

47

A mídia pode contribuir para reforçar a estrutura de relações e interações já constituída das diferenças entre gênero, ao difundir visões da realidade social que confirmam e naturalizam as diferenças entre homens e mulheres em relação à hierarquia de gênero, ou ainda, às noções de público e privado. Por exemplo: ao “confirmar” o pertencimento de homens e mulheres a determinadas funções, naturalizando a permanência nas mesmas; ou ao associar algumas qualidades à fala das mulheres, como a emotividade, os jornalistas desvalorizam o discurso feminino no campo político (Biroli, 2008).

A pesquisa sobre a cobertura noticiosa do ativismo de mulheres é fundamental para a compreensão da relação pública do movimento com a sociedade, com a forma como suas pautas, caminhos, ganhos passados e expectativas para o futuro são apresentados. No Brasil, há poucos estudos sobre a representação do movimento feminista na grande imprensa, como os de Sarmiento (2017, 2019), que estuda a cobertura feita pelo jornal Folha de São Paulo em um extenso recorte temporal (de 1921 a 2016), utilizando uma análise qualitativa de conteúdo. Há estudos sobre a imprensa alternativa feminista (Freitas, 2017; Woitowicz, 2012) e estudos como de se

focam nas ações globais do movimento feminista que têm se ampliado por interações online, principalmente com o uso das redes sociais, que possibilitam que coletivos de mulheres se organizem, como o caso da *Slut Walk* (Woitowicz, 2014; Rizzotto e Prudencio, 2017). Em Portugal, estudos como o de Cerqueira (2012) tratam da cobertura da mídia feita sobre o dia internacional da mulher.

Com este artigo pretendemos tornar visíveis as estruturas de poder que fazem parte do discurso jornalístico, entender como o processo de construção de notícias contribui para visibilizar ou invisibilizar determinadas temáticas, notabilizando assuntos ou protagonistas, neste caso, em relação à quarta onda do movimento feminista no Brasil e em Portugal. Por isto, partimos da compreensão de que enquadramentos midiáticos são princípios organizadores de forças sociais e do poder político que são “fruto das dinâmicas sociais, do ‘jogo’ discursivo em que se envolvem os atores sociais para a construção da realidade social (...) [que] precisam ser analisados tendo em vista essa dinâmica que se estabelece entre os meios e a vida social” (Vimieiro, 2010, p. 66). Analisamos este ‘jogo democrático’ através de uma abordagem cultural, compreendendo que “não são apenas palavras, mas, sim, contextos e sentidos indiretos, os responsáveis por um padrão específico de entendimento acerca de uma temática em um texto midiático” (Vimieiro e Maia, 2011, p. 240).

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que busca verificar como se dá a cobertura jornalística do período da quarta onda nos jornais do Brasil e de Portugal, mas para este artigo, conforme mencionado, iremos analisar apenas as imagens que aparecem nestes textos jornalísticos. Iremos verificar que tipo de fotografias aparece para ilustrar as matérias que citam o movimento feminista, se o movimento é apresentado nos jornais em uma perspectiva emancipatória ou negativa, se as mulheres têm um papel ativo na imagem, e quais são as semelhanças e diferenças na cobertura feita por jornais de dois países diferentes.

4. Análise da cobertura jornalística do movimento feminista nos jornais Folha de São Paulo e Público

Analisamos a cobertura do movimento feminista brasileiro e português no período da quarta onda feminista de 2013 a 2015 na versão online dos jornais Folha de São Paulo e Público. O objetivo é verificar quais são as temáticas principais das notícias, o enquadramento e as imagens das mulheres nestes textos noticiosos. Para alcançar este objetivo utilizamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 1995) como uma ferramenta útil para organizar os elementos nas notícias que serviram de base para a Análise de Enquadramento.

A Análise de Conteúdo é utilizada em estudos de comunicação que buscam produzir inferências (Bardin, 1995) sobre relações de um conteúdo com as características do comunicador e/ou com outra característica da comunicação (Carlomagno e Rocha, 2016). Esta técnica “se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos” (Carlomagno e Rocha, 2016, p. 175). Portanto, o primeiro passo foi seguir as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados (Bardin, 1995).

49

A coleta de dados aconteceu com os mesmos critérios nos dois jornais para a validade e confiabilidade dos resultados. A busca pelas matérias foi feita nos sites www.folha.uol.com.br e www.publico.pt, através do ‘*login* de assinante’, com o termo ‘movimento feminista’. A definição por buscar pelo termo sem aspas se deu pelo fato de que o movimento feminista, muitas vezes, é denominado ou citado através de representantes denominadas apenas como ‘feministas’. Ao utilizar o termo sem aspas a pesquisa abrange tanto o termo completo, movimento feminista, quanto às representações de personagens citadas como feministas.

Estas buscas tiveram 262 resultados que passaram por tratamento dos dados, sendo excluídos textos opinativos (como colunas, carta ao leitor, críticas, trechos de livros etc.), matérias que apresentassem apenas vídeo e matérias que usassem o termo feminista como adjetivo, como por exemplo: uma heroína feminista. Dessa forma, o *corpus* final deste artigo é formado por 162 notícias do período de 2013 a 2015, sendo 106 do jornal Folha de São Paulo e 56 do jornal Público.

Com esta etapa concluída, fizemos a análise das matérias identificando as categorias de estudo definidas. Quanto ao tema geral das produções jornalísticas,

verificamos que a temática mais presente nos resultados é o próprio movimento social, a organização e as manifestações das mulheres, representada em 33% das notícias da Folha de São Paulo e 16,1% do Público. Entretanto, chama atenção o espaço cultural destinado ao movimento, principalmente no jornal do Brasil que tem as artes/cultura em 32,1% dos resultados como tema principal. No jornal português há uma valorização da história de vida das ativistas, presente em 21,4% dos textos que tem esse tema como central, são textos que falam de Amina Sboui, a primeira Femen da Tunísia, a história de Ana Vicente e a filha Filipa Lowndes Vicente, a biografia de Yoko Ono, da indiana Arundhati Roy, da turca ElifShafak.

Tabela 1 – Tema geral das matérias dos jornais Folha de S.Paulo e Público

	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Movimentos sociais	35	33%	9	16,1%
Cultura/Artes	34	32,1%	6	10,7%
Política e Governo	9	8,5%	8	14,3%
Educação	5	4,7%	0	0
Trabalho/ Carreira	4	3,8%	4	7,1%
Religião	3	2,8%	2	3,6%
Ciência/Tecnologia	3	2,8%	0	0
História de vida	2	1,9%	12	21,4%
Problemas Sociais	2	1,9%	3	5,4%
Moda e beleza	2	1,9%	2	3,6%
Mídia	2	1,9%	1	1,8%
Sexualidade	1	0,9%	2	3,6%
História Geral	0	0	6	10,7%
Outro	4	3,7%	1	1,8%
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo 'movimento feminista'.

Quanto ao enquadramento apresentados nos textos jornalísticos eles foram classificados como: i) episódico, quando dão ênfase às efemérides, ii) temáticos, quando abordam temas mais amplos não focados num acontecimento específico, e iii) personalista, quando o foco são as personagens. Com os dados apresentados na Tabela 2, identificamos que o enfoque episódico é maior no jornal brasileiro e o temático no português. O enfoque nas personagens fica na terceira posição nos dois jornais.

Tabela 2 – Enquadramentos identificados nas matérias dos jornais Folha de São Paulo e Público

	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Personalista	23	21,7%	19	33%
Temático	42	39,6%	25	44,6%
Episódico	41	38,7%	21	21,4%
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo 'movimento feminista'.

51

Para verificar nossos objetivos sobre a representação do movimento feminista e das mulheres relacionadas a ele, focamos nas imagens presentes no *corpus*. Justificamos que não fizemos a análise iconográfica e iconológica das fotos, mas única e exclusivamente a identificação dos elementos elencados no Livro de Códigos elaborado para a análise do material, são variáveis como qual o gênero do fotógrafo, quais são as pessoas retratadas na imagem e qual o posicionamento das mulheres nas fotografias dos jornais. Na Folha de São Paulo 85 matérias apresentam imagens e no Público 53 matérias.

Verificamos que tanto no jornal português como no brasileiro quando se trata da autoria das imagens a maioria das fotos é assinada por homens, 38% das imagens da Folha de S. Paulo e 42,9% das imagens do Público. Um dos dados que chama atenção no Público é o grande número (19) de imagens sem autor, que são imagens de arquivos pessoais ou de divulgação.

Tabela 3 – Identificação do uso de imagem e da assinatura das imagens nas matérias dos jornais Folha de São Paulo e Público

	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Não apresenta	21	19,8%	3	5,41%
Apresenta	85	80,2%	53	94,6%
Assinada por homem	41	38,7%	24	42,9%
Assinada por mulher	21	19,8%	8	14,3%
Assinatura mista (homem e mulher)	0	0	1	1,8%
Não assinado ou não identificado	8	7,6%	19	33,9%
Assinado por agência	4	3,8%	0	0
Outro	11	10,4%	0	0
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo 'movimento feminista'.

Quanto à identificação de pessoas presentes nas imagens das matérias, explicamos que unimos as categorias que não apresentam pessoas, ou as quais elas não tiveram seu sexo identificado, com as matérias sem fotos. Fizemos isto, pois nosso foco está nas pessoas presentes, e em especial, nas mulheres identificadas.

Em resumo, a Folha de São Paulo tem 63 matérias que apresentam mulheres, seja individualmente, em grupo, ou junto com um homem ou mais homens. No Público, por outro lado, a soma da presença de mulheres nas imagens é de 43.

Estes dados apresentam uma questão que merece destaque. Embora o movimento feminista seja tratado como algo grupal, na maioria das imagens as

mulheres estão sozinhas, como se o ativismo fosse individual, o que dá menos força ao discurso de união e de causas coletivas. Além de sozinhas, muitas vezes as ativistas estão no ambiente doméstico em textos que tratam da vida profissional da personagem, reforçando a mensagem de que o lugar da mulher é no espaço privado.

Tabela 4 – Pessoas identificadas nas imagens das matérias dos jornais Folha de São Paulo e Público

	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Mulher individual	27	25,5%	23	41,1%
Grupo de mulheres	14	13,2%	11	19,6%
Homem individual	9	8,5%	4	7,1%
Grupo de homens	3	2,8%	4	7,1%
Mulher e homem	10	9,4%	0	0
Grupo Misto	12	11,3%	9	16,1%
Sem pessoas na foto, sexo não identificado, ausente ou sem foto	31	29,3%	5	9%
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo 'movimento feminista'.

A classificação do posicionamento das mulheres presentes nas imagens é importante para discutirmos como elas são utilizadas para representar o movimento feminista. O que se relaciona ao nosso objetivo de analisar como esta mulher é apresentada e se as mulheres têm um papel ativo na imagem, assim como se o movimento é apresentado com uma perspectiva emancipatória ou negativa. Por isso, além da análise quantitativa da presença ou ausência das mulheres, também buscamos analisar de forma qualitativa as situações, cenários, posicionamentos e demais pessoas presentes.

Verificamos que a maioria dos dois jornais apresenta mulheres de forma “empoderada” (50% das matérias do Público e 38,7% da Folha de São Paulo). Tratamos a mulher como “empoderada” quando a imagem é favorável, representando uma pessoa séria ou sorrindo, que parece satisfeita com a posição que ocupa. Este dado nos mostra que o enquadramento do movimento feminista e das mulheres relacionadas a ele, tem sido, em sua maioria, apresentado em uma perspectiva positiva pelos dois jornais. Mas a soma das categorias: protegida, subalterna/submissa, dona de casa, corpo desmembrado/parte do corpo e objeto sexual, nos mostra que a representação da mulher associada ao espaço privado e de forma hierarquizada ao homem por causa de uma suposta fragilidade ainda está presente nas expressões midiáticas.

Tabela 5 – Posicionamento das mulheres presentes nas imagens das matérias dos jornais Folha de São Paulo e Público

	Paulo e Público			
	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Mulher Empoderada	41	38,7%	28	50%
Protegida	1	0,9%	2	3,6%
Subalterna/Submissa	3	2,8%	1	1,8%
Dona de casa	1	0,9%	1	1,8%
Corpo desmembrado / Parte do corpo	2	1,9%	1	1,8%
Objeto sexual	1	0,9%	3	5,4%
Mulher brincalhona	1	0,9%	1	1,8%
Mulher presa / sendo contida pela polícia	2	1,9%	0	0
Outro	14	13,2%	5	8,9%
Não tem imagem ou não tem mulher na imagem	43	37,9%	13	24,9%
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo ‘movimento feminista’.

Ao olhar mais detalhadamente para as fotografias que apresentam somente mulheres, percebemos que em sua maioria nos dois jornais elas estão sozinhas, em poses estáticas, de forma passiva, contribuindo para manter a ideia de dicotomia de gênero existente. E, muitas vezes, as imagens parecem não dialogar com os textos, pois nos textos as ativistas aparecem como agentes de suas histórias, mulheres protagonistas, representantes de sucesso, enquanto nas fotos estão ilustradas com um pequeno sorriso em retratos que mais parecem imagens de arquivo dos jornais, que podem ilustrar diversos textos, com uma essência atemporal (Cerqueira, 2012).

Embora façamos uma crítica pelas imagens das mulheres sozinhas e em fotos posadas, consideramos importante ressaltar que parece haver um cuidado na escolha das fotos para não passar uma imagem negativa das mulheres, exceto nos casos de nudez em textos que tratam, por exemplo, do movimento feminista Femen, em que o enquadramento dos jornais faz parecer este ato como desnecessário ou uma ofensa, por exemplo, em imagens que as mulheres nuas estão sendo contidas pela polícia. É importante destacar que nas imagens em que as mulheres aparecem como objeto sexual são explicitadas críticas a alguma situação em que foram tratadas como objetos, como no caso da crítica a propagandas que objetificam.

Temos uma quantidade razoável de imagens com grupos de mulheres, geralmente em manifestações ou realizando atos simbólicos. Diferente de pesquisas anteriores sobre o movimento feminista (Cerqueira, 2012), em que as mulheres quase nunca apareciam em situação de ativismo e em grupos, vemos uma crescente representação delas em ação coletiva, o que nos mostra uma forma mais emancipadora de apresentar os movimentos sociais atuais. Por outro lado, consideramos importante ressaltar que quando estão em atos em que se manifestam nuas, geralmente com os seios a mostra, aparecem retratadas como “loucas”, sendo contidas pela polícia, como se este tipo de manifestação fosse algo muito grave ou desnecessária.

Tabela 6 – Atividade realizada pelas mulheres presentes nas fotos das matérias dos jornais Folha de São Paulo e Público

	Folha de S.Paulo		Público	
	Resultados	Porcentagem	Resultados	Porcentagem
Protesto	7	6,6%	7	12,5%
Ato simbólico	13	12,3%	7	12,5%
Apresentação/discurso	5	4,7%	7	12,5%
Outras atividades políticas	1	0,9%	1	1,8%
Cotidiano flagrado	2	1,9%	5	8,9%
Estado passivo	4	3,8%	10	17,9%
Entrevista	0	0	0	0
Retrato	29	27,4%	9	16,1%
Outra atividade	9	8,5%	4	7,1%
Não tem imagem ou não tem mulher na imagem	43	37,9%	13	24,9%
Total	106	100%	56	100%

Fonte: Elaboração das autoras com base nos resultados da busca no site dos jornais Público e Folha de São Paulo, com publicações entre 2013 e 2015 com o termo 'movimento feminista'.

As mulheres retratadas em estado passivo são predominantes, imagens que muitas vezes parecem não dialogar com o texto, estando ali apenas para preencher um espaço necessário. Além da noção de passividade e a solidão dessas personagens ilustradas sozinhas, é importante ressaltar também que as questões interseccionais do feminismo não parecem ser importantes na maioria dos textos. Não mensuramos

quantitativamente a origem racial ou étnica das retratadas, mas as mulheres negras parecem inexistir para os jornais, exceto quando possuem uma posição de muito destaque na carreira profissional, elas quase nunca são retratadas, aparecem nas manifestações, mas em imagens sozinhas são raras. Esta invisibilidade de mulheres não brancas destaca o contexto de desigualdades, principalmente no Brasil, que possui mais da metade da população negra.

Podemos abordar ainda a questão de classe: quando se trata de violência doméstica, as matérias são ilustradas com mulheres de classes sociais menos favorecidas, transmitindo a mensagem de que somente as mulheres pobres são vítimas de violência.

5. Considerações finais

Em nossa análise pudemos perceber que embora haja um esforço nos textos jornalísticos em valorizar as conquistas do movimento feminista ao enfatizar o movimento atual, as fotografias parecem em muitos casos não conseguir ilustrar substancialmente as ações das mulheres, por exemplo, ao usarem muitas imagens posadas como retrato revelando sua passividade, em que o cenário de ambiente público ou privado não pode ser identificado. Há também um predomínio das mulheres retratadas sozinhas, como se o movimento fosse algo individualizado, em imagens conceituais, sem uma narrativa, sem uma ação, mesmo em textos que as mulheres são tratadas como agentes de sucesso, seja pelo associativismo ou pelo trabalho, por exemplo, nas imagens parecem ser solitárias.

Chamou-nos a atenção o fato da maioria das imagens ser feita por homens, o que nos faz questionar se um olhar feminino traria outros resultados apresentando mulheres mais ativas e menos estáticas nas imagens, sendo mais protagonistas, pensando numa perspectiva de uma análise feminista de resistência. Elas parecem ativas em atos simbólicos ou manifestações, mas quando se fala do desempenho profissional, do assédio e da violência, as imagens parecem não estar em sintonia com o texto. Há ainda uma grande porcentagem de textos sem imagem, o que nos diz algo político sobre essa ausência imagética da mulher como ator político, muitas vezes também sem voz nos artigos.

Os feminismos plurais e interseccionais também são pouco representados, pois há um predomínio da imagem de mulheres brancas, o que parece mais grave para o jornalismo brasileiro que tem cerca de metade da população negra. Enfim, em muitas imagens não há uma conexão com a narrativa dos textos, há um apagamento do movimento feminista como uma ação coletiva. Sabemos que ao selecionar imagens novas, de arquivo ou divulgação, os jornais fazem uma escolha ideológica, transmitindo valores contraditórios ou ambíguos.

Referências

CHAMBERLAIN, Prudence (2017). *The feminist fourth wave*. London: United Kingdom.

COCHRANE, Kira (2014). *All The Rebel Women: The Rise of the Fourth Wave Feminist*. London: Simon & Schuster, Kindle e-book.

CUNHA RÊGO, Maria do Céu (2016). Conferência final do Projeto “Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal - 2015” – Conclusões e Recomendações. Disponível em: <http://www.inut.info/conferencia-final-do-projeto.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

58

DEAN, Jonathan; AUNE, Kristin (2015). “Feminism Resurgent? Mapping Contemporary Feminist Activisms in Europe.” *Social Movement Studies*, 14:4, p. 375-395.

BARDIN, Laurence (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BIROLI, Flávia (2008). “Gênero e política no jornalismo brasileiro”. *Revista Famecos*, nº 36, p. 24 -39.

BIROLI, Flávia (2010). “Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 90, p. 45-69.

BIROLI, Flávia (2017). “Teorias Feministas da Política, empiria e normatividade”. *Lua Nova*, p. 173-210.

BLAY, Eva Alterman (2017). “Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro”. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs). *50 Anos de Feminismo*. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp.

CERQUEIRA, Carla B. (2012). *Quando elas (não) são notícia: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. Tese em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.

CERQUEIRA, Carla B.; CABECINHAS, R (2015). "A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: mudanças, persistências e reconfigurações." *Revista Novos Olhares*, v.4, nº 1.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da (2016). "Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica". *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, nº 1, p. 173-188.

DUTRA, Zelia (2018). A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. *Revista Feminismos*, vol 6, nº2, p. 19-31.

ENTMAN, Robert M (1993). "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm." *Journal of Communication*, vol. 43, nº 4, p. 51-58.

ESTEVES, João (2008). *Mulheres e Republicanismo (1908 - 1928)*. CIG, Lisboa.

FALUDI, Susan (1991). *Backlash: the undeclared war against women*. New York: Crown Publishers.

FREITAS, Viviane (2017). *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese em Ciência Política. Brasília: Universidade Federal de Brasília.

GOFFMAN, Erving (1986). *Frame Analysis: Na Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.

GOHN, Maria da Glória (2000). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Loyola.

GOMES, Carla; SORJ, Bila (2014). "Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil". *Sociedade e Estado*. vol.29, nº 2.

GUTMANN, Juliana Freire (2006). "Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?". *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, vol. 4, nº 1, p. 25-50.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (2018). *Explosão Feminista*. Companhia das Letras.

LICHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan (1997). "Research Traditions and Theory in Comparative Politics: An Introduction". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-16.

MAGALHÃES, Maria José (1988). *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*. Oeiras, Celta Editora.

MARIANNO, Lília Dias (2018). Subversivas e amorosas: feminismos protestante e empoderamento. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Explosão Feminista*. Companhia das Letras.

MATOS, Marlise (2016). “A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira” em AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R.S.; BRAGA, Amaria do Socorro (org.). *A Ciência Políticas no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 347-391.

MENDES, Kaitlynn (2012). “Feminism rules! Now, where’s my swimsuit? Re-evaluating feminist discourse in print media 1968–2008”. *Media, Culture & Society*, vol. 34, nº 5, p. 554–570.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães (2012). “Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 79, p. 187-201.

MÍDIA DADOS, Grupo de Mídia São Paulo. *Mídia Dados Brasil 2018*. Disponível em [http://midadados.org.br/2018/Midia%20Dados%202018%20\(Interativo\).pdf](http://midadados.org.br/2018/Midia%20Dados%202018%20(Interativo).pdf). Acesso em 24 jul. 2019.

60

MIGUEL, Luis Felipe (2003). “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 51, p. 123-40.

NEUENDORF, Kim (2010). “Content Analysis – A Methodological Primer for Gender Research.” *Sex Holes*, v.64, p. 276-289.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene (2018). “A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos”. In: *42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu. Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS*.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti (2007). “Movimentos sociais, abordagens clássicas e contemporâneas”. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano I, ed. 2.

PORTO, Mauro P (2002). “Enquadramentos da Mídia e Política”. Caxambu: Trabalho apresentado ao *XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*.

PÚBLICO (2019). Público é o jornal com mais leitores online de Portugal. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/07/11/sociedade/noticia/publico-jornal-leitores-online-portugal-1879588>. Acesso em 24 jul. 2019.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly (2017). “Corpos sem cabeça, sujeitos sem razão: análise multimodal da Marcha das Vadias”. *Conexão – Comunicação e Cultura*, v. 16, nº 31, p. 157-178.

SARMENTO, Rayza (2017). *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. Tese em Ciência Política. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

SARMENTO, Rayza (2019). “A cobertura jornalística sobre o feminismo brasileiro (1921 a 2016): relação de público e privado na narrativa sobre o ativismo”. *Norus - Novos Rumos Sociológicos*, vol. 7, nº 11, p. 349-374.

SHOEMAKER, Pamela J; VOS, Timothy (2009). *Gatekeeping Theory*. New York: Routledge.

SILVA, Marisa Torres da Silva, MAGALHÃES, Mara; MAROPO, Lídia (2017). Feminismo online no Brasil e em Portugal: um mapeamento do feminismo no Facebook. *Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação XV Congresso IBERCOM*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017.

SILVA JÚNIOR, José Geraldo da (2013). “Conexão e ação: a utilização estratégica da internet pela Marcha das Vadias para mobilização social e ação coletiva no espaço virtual e no território urbano” em PANKE, Luciana; MACEDO, Roberto Gondo; ROCHA, Daniela (org.). *A mobilização social no contexto político e eleitoral*. Capivari: Nova Consciência, p. 125-146.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes (2008). *Feminismos em Portugal (1927-2007)*. Tese em Estudos sobre as Mulheres na especialidade de História das Mulheres e do Género. Lisboa: Universidade Aberta.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Livros Horizonte, Lisboa.

TERKILDSEN, Nayda; SCHNELL, Frauke (1997). “How media frames move public opinion: an analysis of the Woman’s Movement”. *Political Research Quarterly*, v.50, nº4, p. 879-900.

TOURAINE, Alain (1998). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

VAN ZONEN, Liesbet (1994). *Feminist media studies*. London: Sage.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa (2010). *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação em Comunicação Social. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa; MAIA, Rousiley Celi Moreira (2011). “Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a

identificação de frames culturais”. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, vol. 18, nº 1, p. 235-252.

[WOITOWICZ, Karina Janz](#) (2012). “Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência”. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 2, p. 1-18.

WOITOWICZ, Karina Janz (2014). “Ativismo (folk)midiático e estratégias de luta na Marcha das Vadias: recortes da ação política nas ruas e nas redes”. *Revista Internacional de Folkcomunicação*.v. 12, nº26, p.94-108.

YOUNG, Iris Marion(2012). “O ideal da imparcialidade e o público cívico”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, p. 169-203.